



INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

ATA DE REUNIÃO

Assunto:	2ª Reunião Ordinária do Subcomitê de Arquitetura de Produtos Digitais
Número:	02/2025
Realizada em:	27/06/2025, às 14h
Local:	Sala de Reunião do 26º andar
Participantes:	Celso de Souza Tchao – DADOS Marcus Vinicius da Motta Vieira – CGTI Gilberto do Vale de Lima – DIINF Leandro da Silva Neto – DIINF Cristina D’Urso de Souza Mendes Santos – DADOS (online) Walace de Aguiar Ferreira – DISEG Yasmin Pereira Gomes – SESUS Matheus da Rocha Leite – DISIS Júlio Cesar Lima da Silva – DISIS Douglas Lima Bastos – SESUS Renato Padilha Barata – DISIS Gabriel Salvador Cardoso – DISIS João Pereira Gama Filho – DIINF Miguel Eichler dos Santos – SESUS Rafael de Sant’Anna Correa Nunes – DIINF Jamile Santos dos Santos – DADOS Christiana Couto – DISEG Pedro Henrique Toscano Bezerra – COINF Pedro Calisto Luppi Monteiro Junior – COSIS Rhodrigo da Venda Santana – DIPRO Vinicius de Sousa Machado – DIPRO Claudia de Cassia Torres – DISIS Thiago Roulien Pires Fagundes – DISEG Natalia Pacheco Ribeiro Machado – DISTI Rodrigo Thiengo Santos - SESUS
Notas:	Ana Souza– G4F

1. PAUTA

- Proposta de Gestão do Conhecimento da CGTI – Parte 2;
- Adoção de Plataforma de Devops (SDLC – Ciclo de Vida de Desenvolvimento de Software)
- Proposta de Atualização das Normas de Funcionamento do CAPD

2. ABERTURA

O Sr. Marcus Vieira, CGTI, apresentou a pauta da reunião e passou a palavra para a relatoria do primeiro assunto da pauta, com o servidor Matheus Leite, DISIS.

3. DESENVOLVIMENTO

O Sr. Matheus Leite, DISIS, iniciou à apresentação referente a “*Gestão de Conhecimento*”, relembrando que, na apresentação anterior, havia sido realizado um diagnóstico inicial da situação bem como apresentada uma ferramenta voltada a combater os problemas identificados. Destacou que a estratégia em questão foi estruturada com base no Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira, publicado pelo Ipea, que se organiza em quatro etapas: diagnosticar, planejar, desenvolver e implementar. No âmbito da etapa “*diagnosticar*”, evidenciou como primeiro passo a realização de uma autoavaliação, iniciada desde a última reunião deste Comitê, a partir da identificação de problemas como fragmentação das informações, ausência de fluxos transversais entre sistemas e dependência de conhecimento tácito. Com base nesses levantamentos, foi elaborado um documento de autoavaliação, categorizando os tipos de informações da seguinte forma: verdes (adequadas e bem localizadas), amarelas (merecem reavaliação estratégica) e vermelhas (não documentadas, mas que precisam ser registradas). O segundo passo da etapa de diagnóstico é a elaboração de um business case, que já foi incluído no documento. Como exemplo, a análise de custo-benefício, apontando custos com implantação e configuração de ferramentas, horas de trabalho e treinamentos, e benefícios como redução de retrabalho, preservação do conhecimento, integração entre equipes, suporte mais eficiente e incentivo à inovação. Na etapa seguinte, “*planejar*”, os próximos passos consistem em definir a visão, objetivos e estratégias da gestão do conhecimento. Ou seja, “ser uma TI que compartilha e utiliza o conhecimento de forma contínua, promovendo eficiência e inovação.” Em seguida, esclareceu a necessidade de identificar e priorizar os projetos a serem implementados e definir a estrutura de governança da gestão do conhecimento, propondo a criação de uma equipe multidisciplinar, com integrantes de diversas áreas da TI. Como exemplo de projetos a serem priorizados, citou a criação da Wiki, a definição da estratégia de branding e a reestruturação do Redmine, os quais já vêm sendo discutidos na CGTI. Também foram apresentadas sugestões de práticas de gestão do conhecimento, tais como grupos de trabalho internos, reuniões periódicas para compartilhamento entre áreas, metas de atualização, contratação de plataforma de capacitação, incentivo à participação em eventos e reuniões de mentoria interna. Logo após, salientou a sensibilização da organização para o tema e a elaboração do plano de gestão do conhecimento com base nos projetos priorizados, exemplificando o formato desse plano, mencionando uma ficha que organiza os projetos, resultados esperados, responsáveis e recursos necessários, cabendo à futura equipe de Gestão de Conhecimento finalizar esse documento. Na etapa “*desenvolver*”, o primeiro passo já está em andamento, com a implementação do projeto-piloto da Wiki da CGTI. A ferramenta escolhida foi o Docmost, por apresentar funcionalidades como controle por sessão (spaces), integração com Draw.io, editor gráfico, busca nativa, versionamento, suporte a APIs, autenticação via LDAP e ser acessível via navegador. A estrutura da ferramenta é hierárquica (workspaces, páginas e subpáginas), sendo que, até o momento, foi criado apenas um space geral. Destacou ainda os recursos adicionais da ferramenta, como edição simultânea de páginas, upload de anexos, comentários, exportação/importação em markdown e HTML, definição de grupos de usuários e escalabilidade via spaces e integrações. Na sequência, apresentou um protótipo da Wiki, incluindo uma página inicial com ponto de acesso centralizado às informações, além de exemplos de checklist de onboarding, manuais, integração com diagramas do Draw.io, e espaço para atas e WIPO Standards, com possibilidade de comentários nas páginas. Com base nos passos da metodologia do Ipea, informou que a CGTI se encontra nos passos 6 e 7: identificação e priorização de projetos e definição da estrutura de governança. Por fim, esclareceu alguns fatores críticos de sucesso, tais como o patrocínio da alta direção, a existência de uma unidade responsável pela Gestão de Conhecimento (neste caso, a equipe a ser formada), o compromisso da média gestão e ações de sensibilização, e destacou a importância de institucionalizar o tema no PDTIC. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, indagou sobre o enquadramento dos projetos de gestão do conhecimento no PDTIC. O Sr. Matheus Leite, DISIS, esclareceu que embora não soubesse ao certo o formato exato em que esses projetos se enquadrariam, considerava essencial garantir o apoio institucional da alta direção para viabilizar sua execução. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, ressaltou que, ao considerar essas ações como projetos, seria necessário definir uma pessoa responsável pela condução, além de uma equipe dedicada à sua execução. O Sr. Matheus Leite, DISIS, informou se trata de um projeto com foco interno e estratégico e que, dada a transversalidade do tema, sugeriu a criação de uma equipe de gestão do conhecimento com representantes de diferentes áreas. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, destacou que seria importante avaliar o impacto da dedicação de servidores a essa nova frente sobre os demais projetos em andamento e esclareceu que, ao incluir o projeto no PDTIC, seria necessário indicar formalmente um responsável, como ocorre com outras iniciativas, citando o caso da servidora Cristina D’Urso, DADOS, que lidera projetos prioritários como o Portal de Serviços e Dados Abertos, com entregas pactuadas e prazos definidos. Evidenciou que a participação em novos projetos não poderia comprometer essas entregas. O Sr. Matheus Leite, DISIS, sugeriu que a equipe de gestão do conhecimento fosse composta de forma rotativa, com um núcleo fixo responsável pela priorização e com participação variável conforme a natureza de cada projeto. A Sra. Claudia Torres, DISIS, complementou, observando que a proposta do Sr. Matheus Leite, DISIS, contempla melhorias relevantes e urgentes nos processos internos da TI. O Sr. Marcus Vieira, destacou que concordava com a iniciativa, mas que ela não poderia comprometer outros projetos em curso. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho formal e apontou que seria necessário definir de forma clara quais áreas estariam envolvidas, podendo inclusive ser feito um processo de

seleção, com registro formal das participações e definição de lideranças. Como encaminhamento, o Comitê informou que dará continuidade à iniciativa, selecionando as áreas que deverão compor a equipe, conversando com os interessados (incluindo a servidora Natália Ribeiro, DISTI, que manifestou interesse), organizando o processo via SEI, montando um planejamento e, caso a proposta seja submetida para inclusão no PDTIC, elaborando a ficha de projeto até o dia 28/07/2025. O Sr. Vinícius Machado, DIPRO, iniciou o segundo assunto da pauta, referente à “Adoção de Plataforma de DevOps”, apresentando quatro perguntas de recapitação para subsidiar o debate. A primeira tratou da viabilidade de substituição do sistema open source Redmine por uma solução paga de plataforma DevOps ou de ciclo de vida de desenvolvimento de software. Para isso, foram utilizados elementos como o quadrante Gartner e critérios técnicos do ETP, os quais indicam a recomendação de adoção da solução Azure DevOps, ou, alternativamente, do Jira. A segunda questão abordou o dimensionamento da ferramenta: quantas pessoas fariam uso, quem seriam esses usuários e como essa definição foi conduzida. Informou que, conforme apresentado, foram previstas 77 licenças, cujos perfis foram definidos pela equipe da DIPRO em conjunto com os gestores, estando o detalhamento disponível no ETP. A terceira pergunta tratou da forma de contratação: se a organização deveria optar por uma solução self-hosted, mantida em sua própria infraestrutura, ou seguir a tendência de adoção de software como serviço (SaaS). O Sr. Vinicius Machado, DIPRO, destacou que a instituição já vem adotando aplicações em nuvem, com integração parcial ao Entra ID, e que há tendência de maior adesão à nuvem, especialmente com a futura integração com ferramentas como Project, Power BI e Copilot. Esclareceu dados de pesquisa no Painel de Preços e no ComprasNet, evidenciando que a maioria das contratações similares segue o modelo SaaS, ressaltando que o planejamento da contratação foi, desde o início, direcionado a uma solução em nuvem. A quarta e última provocação referiu-se ao risco de lock-in, questionando se a organização pretende migrar todo seu pipeline para uma única solução, explorando ao máximo seus recursos, ou se adotará um modelo híbrido, no qual parte da funcionalidade seria absorvida, mas mantendo certa flexibilidade. Em seguida, informou que o ETP, apesar de já estar com todos os tópicos concluídos, ainda não foi publicado pois o processo se encontra em fase de refinamento. O processo já foi aberto no sistema ComprasGov, estando acessível aos interessados. Esclareceu que a conclusão técnica aponta para a adoção da plataforma Azure DevOps e que alguns membros da equipe já tiveram contato com essa ferramenta durante a visita da delegação dinamarquesa, ocasião em que foram demonstradas funcionalidades relevantes. Inteirou que o Azure DevOps oferece dois modelos: um baseado em subscrição, no qual as licenças são adquiridas conforme o perfil de cada usuário; e outro denominado DevOps Server, que requer instalação local e contratação baseada em rascals, conforme o número de usuários. Evidenciou ainda que, tecnicamente, a escolha da solução se baseou nos seguintes fatores: compatibilidade tecnológica; integração nativa com o ecossistema Microsoft; confiabilidade e suporte; produtividade; familiaridade dos usuários; segurança da informação; conformidade legal; custo-benefício; mitigação de riscos; e continuidade dos serviços e atualizações. Em relação à opção por não adotar o GitLab, esclareceu que, embora a plataforma apresente bons recursos voltados à agilidade, o Azure Boards oferece uma gama mais ampla de funcionalidades, incluindo quadros, sprints, backlog, relatórios e artefatos. Além disso, ressaltou que a preferência dos POs e usuários finais recai sobre ferramentas com interfaces mais visuais e integração mais fluida com o restante da suíte Microsoft. A inteligência artificial integrada do Azure DevOps, que identifica e propõe correções para vulnerabilidades no código, foi destacada como diferencial relevante, embora contribua para o aumento do custo da solução. O Sr. Vinicius Machado, DIPRO, pontuou que o GitLab demanda uma infraestrutura robusta para instalação e manutenção, com elevado consumo de CPU, memória e armazenamento, o que não se alinha à realidade da equipe reduzida de desenvolvimento da organização. Considerou, assim, que a adoção do GitLab seria desproporcional (overkill) frente ao cenário atual. Salientou a adoção de uma plataforma DevOps, com foco na transparência e na viabilidade de implementação das soluções disponíveis. Foi avaliado que, sob a perspectiva da implementação, o GitLab apresentaria menor complexidade se comparado ao Azure DevOps, sendo mais simples e com integração nativa de tarefas e etapas customizáveis. A solução também permite integração facilitada com ferramentas como SonarQube (via plugin oficial), Grafana e outras por meio de plugins ou APIs. Quanto ao Jenkins, foi destacado que sua implementação também é viável, porém depende de tarefas customizadas e agentes, o que pode demandar maior esforço de configuração. No caso do Azure DevOps, a integração pode ser feita via tarefas personalizadas e sua arquitetura contempla nativamente funcionalidades como versionamento (Azure Repos), gerenciamento ágil de projetos (Azure Boards), integração e entrega contínuas (CI/CD via Azure Pipelines), gerenciamento de testes (Azure Test Plans), pacotes (Azure Artifacts) e ambiente colaborativo. Também foram apresentados os componentes adicionais do ecossistema GitHub: GitHub (repositório com funcionalidades avançadas e compliance), GitHub Copilot (assistente de codificação por IA) e GitHub Codespaces (provisionamento de ambientes virtuais para desenvolvimento). Enfatizou que mesmo com novas ferramentas, pretende-se manter parte do legado atual, aproveitando soluções existentes, sempre buscando o equilíbrio entre modernização e governança. Foram comparados os prazos estimados de implantação, sendo o total de 8 meses para a plataforma Azure DevOps e de 4 a 9 meses para outras soluções DevOps. Do ponto de vista financeiro, foram apresentadas duas opções de licenciamento: Opção 1: Manutenção da infraestrutura local com Jenkins e ferramentas legadas, com licenciamento perpétuo, no valor estimado de R\$ 688.000,00 para três anos. Opção 2: Migração para Azure Pipelines na nuvem, com

valor estimado em R\$ 662.000,00. A contratação, neste caso, seria limitada a 12 meses conforme tabela da Microsoft. Foi destacada ainda a possibilidade de pagamento por crédito Azure ou por consumo escalonado. O Sr. Vinicius Machado, DIRPO, destacou aspectos relacionados ao suporte, a opção SaaS oferece suporte mais robusto, com SLAs agressivos (resolução de incidentes de alta prioridade em até uma hora) e canais diversos (portal, telefone, chat). No modelo on-premises, a responsabilidade pela infraestrutura e manutenção recai integralmente sobre o INPI. Além disso foram pontuadas questões legais e regulatórias relativas ao uso de serviços em nuvem, como a conformidade com a LGPD, localização dos dados e diretrizes da Instrução Normativa que trata da segurança da informação em serviços contratados. Também discutiu a escalabilidade da infraestrutura, sendo que, no modelo SaaS, a responsabilidade pela expansão e manutenção é da fornecedora, enquanto no modelo local essa responsabilidade recai sobre o órgão contratante. Acentuou ainda a necessidade de manter controle sobre as versões e testes dos sistemas, bem como a importância de que os responsáveis pelos sistemas permaneçam atuando ativamente, destacando que no modelo on-premises, funcionalidades adicionais precisam ser contratadas individualmente, o que pode gerar aumento de custos. O Sr. Pedro Calisto, COSIS, expressou-se contrário à contratação de uma nova solução, argumentando que o esforço envolvido em uma eventual migração seria elevado e que, além disso, a organização ficaria dependente da renovação contratual para manter o ambiente, o que poderia gerar dificuldades em um futuro retorno à solução anterior. Enfatizou que o atual processo de desenvolvimento funciona adequadamente, com esteiras já estruturadas, e que o único desafio identificado é a atualização de versões, algo que pode ser resolvido sem comprometer o funcionamento das ferramentas já existentes. Ressaltou ainda que o uso de ferramentas livres e complementares elimina a necessidade de gastos com novas contratações ou migrações. A Sra. Yasmin Gomes, SESUS, complementou, destacando que há potencial de melhoria no uso das ferramentas já disponíveis, como GitLab e Redmine, que não estão sendo plenamente exploradas. Apontou que muitas funcionalidades disponíveis nas versões gratuitas não são utilizadas e que a dificuldade para evoluir está mais relacionada à falta de pessoal do que à limitação das ferramentas. Sugeriu, como alternativa, a contratação de suporte técnico para otimizar a configuração dos sistemas existentes, em vez da aquisição de novas plataformas. O Sr. Rafael Nunes, DIINF, destacou a importância de se definir a responsabilidade pelos produtos digitais existentes, como GitLab e Jenkins, tendo em vista que a solução passa por designar responsáveis formais por cada produto, o que traria mais clareza e controle sobre a evolução e o uso das ferramentas. O Sr. Rhodrigo Santana, DIPRO, informou que segundo Cleufis Rangel, gestor do Instituto de Tecnologia e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST), aquele órgão possui um ambiente similar ao atual e poderia ser convidado a apresentar a experiência de implantação da plataforma utilizada. Relatou que o cenário apresentado por Cleufis é comparável ao do INPI e sugeriu que, independente da decisão quanto à contratação, seria proveitoso ouvir o profissional. Na sequência, o Sr. Marcus Vieira, CGTI, argumentou que, embora a contratação de uma nova ferramenta não seja necessariamente o caminho ideal, há limitações práticas nas soluções atuais, especialmente no que se refere à integração com os fluxos da fábrica de software. Esclareceu que a equipe precisa acessar o Jenkins manualmente para vincular tarefas às demandas, diferentemente do que ocorre no Azure DevOps, onde a integração é automática e aciona pipelines conforme a evolução das etapas. Destacou também as limitações do Redmine para fornecer uma visão gerencial mais ampla, como a necessária para o Comitê de Governança Digital (CGD), demandando um esforço adicional para compilar e transformar os dados disponíveis em informações úteis para esse público. Informou ainda que o Azure DevOps permite estimativas mais precisas a partir do detalhamento das histórias de usuário, o que possibilita a criação de listas de prioridades e não apenas cronogramas fixos. O Sr. Pedro Calisto, COSIS, questionou se a atualização automática mencionada seria de fato um diferencial, ou apenas reflexo de uma ação humana realizada dentro do Azure, equivalente à atualização manual realizada no Redmine. O Sr. Rafael Nunes, DIINF, esclareceu que esse comportamento não é uma funcionalidade exclusiva do Azure, mas sim resultado de uma boa configuração feita durante a implantação, algo que poderia ser igualmente implementado no GitLab e Jenkins, desde que houvesse um processo de revisão e automação bem estruturado. Reforçou que a prioridade deve estar na revisão do processo, e não necessariamente na troca da ferramenta. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, concordou, acrescentando que embora o Azure também dependa de ações humanas para mudanças de status, ele oferece dashboards prontos que leem os dados automaticamente, o que representa uma vantagem prática. Por fim, destacou que seria possível obter visualizações similares a partir do Redmine, desde que integradas, por exemplo, ao Power BI. O Sr. Rafael Nunes, DIINF, informou que o principal benefício não seria a ferramenta em si, mas sim o processo de sua implantação e colocação em produção, o qual pode ser replicado com outras ferramentas, gerando os mesmos ganhos. Em seguida, o Sr. Celso Tchao, DADOS, destacou que a equipe atualmente não possui capacidade operacional para desenvolver soluções do zero e que, caso já exista uma ferramenta pronta, integrada com dashboards e funcionalidades como as do Redmine, GitLab e Jenkins, a adoção dessa solução poderia ser mais vantajosa. Salientou que a ferramenta mencionada já oferece tudo isso de forma integrada. O Sr. Rafael Nunes, DIINF, esclareceu que o processo de implantação é que promove a integração, e não que a ferramenta venha com tudo já integrado. A Sra. Claudia Torres, DISIS, acentuou que talvez falte uma apresentação mais visual para demonstrar o funcionamento da ferramenta, o que facilitaria a compreensão geral. O Sr. Vinicius Vieira, DIPRO, destacou que a adoção de uma nova ferramenta não deve implicar em dependência de um único fornecedor, pois é possível manter as

ferramentas atuais, realizar a integração com uma nova plataforma e, caso necessário, substituí-la futuramente. Esclareceu ainda os riscos de se modificar um software livre, como o Redmine, questionando quem prestaria suporte às modificações feitas por uma empresa contratada. Reforçou ainda que a proposta da contratação é entregar um produto de prateleira com suporte contínuo do fabricante, incluindo patches e atualizações, o que facilitaria o gerenciamento do ciclo de desenvolvimento de software e agregaria valor tanto para a equipe quanto para os clientes, especialmente pela melhor visualização dos projetos. A Sra. Yasmin Gomes, SESUS, informou que o problema não está apenas na adoção inicial da ferramenta, mas na frequência com que será necessário revisar e refazer todo o processo contratual. A cada novo ciclo seria preciso designar uma pessoa praticamente durante um ano inteiro para conduzir a contratação e, caso a mesma ferramenta não seja adquirida, há o risco de perda de dados e configurações anteriores. O Sr. Douglas Bastos, DISIS, sugeriu a análise de um fragmento do ciclo de desenvolvimento de software para identificar se seria possível reproduzir, nas ferramentas atuais, funcionalidades equivalentes às oferecidas por plataformas como Azure DevOps e Jira. Esclareceu que, apesar das tentativas de adaptação do Redmine, as modificações não alcançam o nível de funcionalidades dessas ferramentas mais completas. Destacou que qualquer migração exigirá uma mudança significativa na forma de trabalho, visto que o Redmine atual está altamente customizado. Lembrou também que há discussões paralelas em andamento, como a migração para a nuvem e novos projetos, o que exige reflexão sobre a continuidade do uso das ferramentas e dos modelos atuais de gerenciamento. Como encaminhamento, o Comitê decidiu que a Sra. Claudia Torres, DISIS, agendará uma apresentação com representante da Microsoft e o Sr. Vinicius Machado, DIPRO entrará em contato com o CETEC para viabilizar a apresentação do Sr. Cleufis. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, informou que, após essas apresentações, o Comitê deliberará se haverá migração de plataforma ou se será mantido o ambiente atual, com possível contratação de empresa especializada para realizar análise de processos e implantação de soluções gratuitas. Destacou ainda que a plataforma será implantada em ambiente on premises. O Sr. Marcus Vieira, CGTI, comunicou ainda que, para efeito de registro, as reuniões ordinárias do CAPD não mais possuirão prazos relacionados a antecedência mínima para convocação, podendo ser realizada a qualquer tempo. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião às 16h36min.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA PACHECO RIBEIRO**, Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, em 15/07/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CALISTO LUPPI MONTEIRO JUNIOR**, Coordenador(a), em 15/07/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELSO DE SOUZA TCHAO**, Chefe de Divisão, em 15/07/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAMILE SANTOS DOS SANTOS**, Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, em 15/07/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA**, Coordenador(a) Geral, em 15/07/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO PADILHA BARATA**, Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, em 18/07/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO ROULIEN PIRES FAGUNDES**, Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Propriedade Industrial, em 21/07/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALACE DE AGUIAR FERREIRA**, Chefe de Divisão, em 23/07/2025, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



Documento assinado eletronicamente por **RHODRIGO DA VENDA SANTANA**, Chefe de Divisão, em 04/08/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS DE SOUSA MACHADO**, Técnico em Propriedade Industrial, em 05/08/2025, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.inpi.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.inpi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1256981** e o código CRC **E836B492**.